

Robôs: Eurodeputados defendem quadro legal comum para a sua utilização

Os robôs fazem parte do nosso dia-a-dia, mas a sua utilização ainda não está devidamente regulamentada. Os eurodeputados debatem esta quarta-feira, 15 de fevereiro, e votam no dia seguinte em Estrasburgo, um relatório que defende a adoção de um quadro legal a nível europeu para dar resposta aos múltiplos desafios jurídicos e éticos relacionados com os robôs e a inteligência artificial. Quem deve ser responsabilizado em caso de danos causados por um robô? Vão os robôs roubar os nossos empregos?

No início de janeiro entrevistámos a autora do relatório, a eurodeputada Mady Delvaux (S&D, Luxemburgo). Leia a entrevista e acompanhe o debate em plenário esta quarta-feira, 15 de fevereiro, aqui.

Que tipos de robôs são abrangidos por este relatório? Pode dar-nos alguns exemplos?

Não estamos a falar de armas. Identificamos robôs como máquinas físicas, equipadas com sensores e interligados para poderem recolher dados. Entre os robôs encontramos os veículos autónomos, os veículos aéreos não tripulados conhecidos por drones, os robôs industriais, robôs que prestam assistência, robôs para utilização na agricultura entre muitos outros.

A próxima geração de robôs será mais autónoma no que diz respeito à aprendizagem.

É por isso que menciona a possível atribuição de um personalidade eletrónica limitada?

Com o aparecimento de novos robôs mais autónomos ao nível da aprendizagem vão ser necessárias diferentes soluções.

Uma delas poderia passar por fornecer uma personalidade eletrónica limitada aos robôs sobretudo no que diz respeito às indemnizações, algo muito semelhante ao que acontece com as empresas.

Mas isto não seria para hoje. O que precisamos de fazer agora é criar uma normalização legal para os robôs que já se encontramos mercado ou que estejam disponíveis nos próximos 10 ou 15 anos.

Entretanto quem deve ser responsabilizado em caso de danos? O proprietário, o fabricante, o programador?

Temos duas opções. De acordo com o princípio da responsabilidade objetiva será o fabricante, uma vez que se encontra na melhor situação para limitar os danos. Depois poderá pedir responsabilidades aos seus fornecedores.

Outra opção passa pela avaliação do risco e pela indemnização. Também propomos um seguro obrigatório, pelo menos para os robôs de maior dimensão.

No relatório, também menciona que algumas pessoas mais vulneráveis poderão desenvolver uma ligação emocional aos seus robôs de assistência. Como podemos evitá-lo?

Temos de continuar a dizer às pessoas que um robô não é humano e nunca vai ser, que pode mostrar empatia, mas nunca vai sentir empatia. Não queremos robôs como os que existem no Japão, que se parecem como pessoas.

Propomos um código de conduta. Podemos ser dependentes fisicamente de um robô, mas não podemos pensar que o robô nos ama ou que partilha a nossa tristeza.

O que levou o Parlamento a tomar a iniciativa?

Gostaríamos de criar um conjunto de princípios europeus e um quadro legal comum antes de os Estados-Membros o começarem a implementar leis diferentes de forma isolada.

A Europa é líder em robótica e a indústria também beneficiaria com uma abordagem comum.

Os pontos essenciais são a segurança e a proteção de dados. Os consumidores precisam de ter a certeza de que estão cobertos por um seguro no caso de danos. Os robôs não podem funcionar sem a troca de informação, por isso também existe a questão de quem tem acesso aos dados.

Os robôs poderão criar emprego em certos domínios e destruir postos de trabalho noutros. Como podemos responder a este problema?

Penso que este será o maior desafio da nossa sociedade e dos nossos sistemas educativos. Não sabemos ainda o que vai acontecer. Os robôs não vão substituir os humanos: vai haver uma cooperação entre ambos. São ótimas notícias especialmente no que diz respeito aos trabalhos mais pesados ou mais perigosos, como em caso de incêndio ou em trabalhos realizados debaixo de água. Pedimos à Comissão Europeia para analisar a evolução, que tipos de funções serão assumidas pelos robôs. Temos de estar preparados para qualquer cenário.

Existe outro aspeto no nosso relatório: se for necessário realizar alterações no nosso sistema de segurança social e tivermos de introduzir um rendimento básico universal, porque existem demasiadas pessoas desempregadas, teremos de assegurar que têm uma vida digna. Convidamos os Estados-Membros a refletir sobre o tema, uma vez que esta situação não faz parte das nossas competências.

A entrevista, publicada originalmente a 12 de janeiro de 2017, foi atualizada com a informação sobre a votação do relatório em sessão plenária a 15 de fevereiro.

Para saber mais

[Acompanhe o debate em direto](#)

[Mady Delvaux \(Luxemburgo, S&D\)](#)

[Comissão dos Assuntos Jurídicos](#)

[Grupo de trabalho sobre robótica e inteligência artificial](#)

[Entrevista com Mady Delvaux por ocasião da criação do grupo de trabalho](#)

[Observatório legislativo](#)



Entrevista com Mady Delvaux, autora do relatório.



Robôs e a inteligência artificial

<https://www.europartv.europa.eu/en/programme/society/european-parliament-raises-ethical-questions-on-robots-and-artificial-intelligence>